

# **A ORGANIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FLORIANÓPOLIS NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

MICHELS, Maria Helena – UFSC

GT: Educação Especial / n.15

Agência Financiadora: FUNPESQUISA

## **Introdução**

A temática a que se refere o presente estudo é a educação escolar frente às exigências colocadas pelas políticas educacionais de inclusão, as quais vêm sendo difundidas por organismos internacionais e governos federal e estadual. O foco da pesquisa está colocado sobre a reorganização da rede municipal de ensino de Florianópolis (SC) para o atendimento de alunos com necessidades especiais pautando-se em dois eixos: as formas organizativas do trabalho pedagógico e a formação de professores.

Considera-se que as proposições políticas não são apreendidas passivamente pelas redes de ensino e seus professores, mas por um processo de “contestação”, conforme as compreensões sobre o que deve ser por eles realizado (OZGA, 2000).

A pesquisa orienta-se metodologicamente por análise de documentos do Município de Florianópolis relativos às proposições políticas referentes à inclusão escolar. Para tanto, este estudo tomará como referência a análise documental (FAIRCLOUG, 2001; SHIROMA ET AL, 2005). Também foi realizada entrevista com a coordenadora da educação especial (CEE) do município abordando a organização da rede e a formação de professores para atender a política proposta. Neste caso foi realizada análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

Importa, nesse trabalho, refletir sobre as concepções e as estratégias de ação eleitas pela rede municipal de ensino.

## **Concepções e conceitos**

A rede municipal de ensino de Florianópolis apresenta-se, em diversos documentos, com uma proposta de educação inclusiva. Esta perspectiva, porém, está eivada de conceitos e concepções que dão contorno à proposta e às suas ações, tais como inclusão, escola inclusiva, deficiência e formação docente.

Ao coletar os documentos referentes a esta rede de ensino localizamos, primeiramente, a Lei Orgânica do Município a qual indica em seu Art. 120, parágrafo VI prevê “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, com pessoal habilitado de preferência na rede escolar”.

O município não apresenta um documento referente à proposta educacional da rede de ensino como um todo. Segundo fomos informadas na secretaria, este documento está em construção. Contudo, há uma diretriz para a autonomia das unidades escolares em relação ao projeto pedagógico.

No que concerne ao atendimento de pessoas consideradas com deficiência a Secretaria Municipal de Ensino conta hoje com uma Coordenação de Educação Especial onde foram produzidos documentos específicos referentes ao atendimento dessa população.

Tanto nestes documentos como na entrevista, o conceito inclusão é apresentado amalgamado a categorias como igualdade, diferença, alteridade, diversidade e identidade. Estas categorias remetem, em muitos momentos, a acessibilidade e a eliminação de barreiras. No documento sobre a acessibilidade encontramos a seguinte discussão:

A inclusão, na prática, depende de vários fatores. Se por um lado, a existência de leis e o acesso à educação visam eliminar barreiras de ordem político-social e atitudinais, por outro lado, são necessárias mudanças físico-espaciais que garantam o acesso e o bom desempenho das atividades humanas através de um desenho adequado, tanto de equipamentos, quanto de espaços e ambientes construídos. (Dischinger, 2004, p. 05)

Ao mesmo tempo, para a CEE no município, “A inclusão não se faz apenas com o atendimento especializado. Faz com uma nova organização de escola” (Entrevista, 11/10/2006). Tal concepção nos remete a necessidade de perceber como as pessoas que estão a frente deste processo no município compreendem escola inclusiva.

Nos documentos da secretaria, específicos para a educação de pessoas com deficiência, encontramos a seguinte definição de escola inclusiva:

Uma escola que supere os preconceitos e discriminações em relação às pessoas com deficiência, à orientação sexual, à raça, à religião, ao gênero e outras situações, bem como, sistematizar novas maneiras de planejar, acompanhar e avaliar o processo ensino-aprendizagem, assim como, estabelecer uma rede de serviços especializados e de

apoio ao trabalho pedagógico envolvendo professores, orientadores educacionais, supervisores escolares, administradores escolares, professores das salas multimeios, auxiliares de ensino, dentre outros. (MACHADO, 2004, p. 7).

Esta refere-se a todos os alunos e não somente aqueles com deficiência, o que pode levar a algumas generalizações.

Tendo por base a Convenção de Guatemala (1999) os documentos analisados apreendem o conceito de deficiência como aquele que “[...] significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.” (GUATEMALA, 1999). Percebe-se que este conceito aproxima-se daquele utilizado pela AADM, numa perspectiva médico-psicológica, na qual o aluno continua a ser responsabilizado pelo seu sucesso ou fracasso escolar, encobrendo a compreensão de que os sujeitos se constituem nas e pelas relações sociais.

Ao mesmo tempo em que nos documentos encontramos este conceito de deficiência, na entrevista percebemos que, para a representante da educação especial no município, a terminologia utilizada, “deficiência”, é aquela apresentada pela LDB e pela Convenção de Guatemala. Porém, afirma que o mais importante são as posturas e as atitudes que se tem diante dos sujeitos.

É com esta compreensão que a rede municipal de ensino encaminha a formação de professores especializados. Como estes já tinham a base filosófica, teórica e metodológica passou-se a instrumentalizá-los por intermédio de cursos como o de LIBRAS, Tecnologia assistiva com ênfase na comunicação alternativa e na acessibilidade ao computador, Braille, Sorobã, Linguagem Dosvox. Percebe-se que nestas formações é como se a discussão sobre inclusão estivesse esgotada, como se não houvesse outras leituras possíveis e que, desta maneira, este “paradigma” superasse o modelo de formação médico-psicológico.

### **Ações e estratégias**

A rede de ensino de Florianópolis elegeu algumas ações e estratégias relacionadas à inclusão dos alunos com deficiência, organizando-se, atualmente, em serviços especializados (salas multimeios, Centro de Apoio Pedagógico para o Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual – CAP – e Auxiliares de Ensino). Estes

trabalhos são compreendidos como não substituindo o ensino regular, mas complementando-o.

Segundo Machado (2004, p. 51) “As salas multimeios são espaços organizados em escolas-pólo da Rede Municipal de Ensino da Cidade de Florianópolis com o objetivo de promover apoio, instrumentos e complementos aos educandos cegos, de baixa visão, surdos, surdos-cegos e àqueles com dificuldades motoras”. Existem 12 salas multimeios no município, cada uma funcionando com dois professores especializados (formados em educação especial).

Já o CAP, organizado em Núcleos de apoio a produção de Braille e Núcleo de formação “[...] objetiva promover o serviço educacional especializado, visando a inclusão escolar dos educandos cegos ou com baixa visão na Rede Regular de Ensino de Florianópolis” (MACHADO, 2004, p. 58).

Segundo a CEE as auxiliares de ensino acompanham crianças com deficiência física grave, (que têm dificuldades na alimentação, na higiene, na locomoção) nas classes comuns do ensino regular.

Além desses serviços, o município mantém convênio com o Instituto da Audição, Terapia e Linguagem, Associação Catarinense para a Integração do Cego (ACIC), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Escola Vida e Movimento (escola especial) e Hospital Universitário Núcleo Desenvolver (ligado a UFSC).

Por intermédio dessas estratégias a rede municipal de ensino atende 400 crianças com diagnósticos de deficiência.

Em relação à formação de professores, as ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Florianópolis dizem respeito a seminários que são oferecidos em parceria com o Ministério da Educação.<sup>1</sup> A cidade de Florianópolis, juntamente com mais quatro cidades de Santa Catarina, é uma das cidades escolhidas pelo Ministério para ser pólo de formação. Florianópolis é responsável pela formação de mais 20 municípios.

Além desses seminários, é oferecida formação continuada aos professores da educação infantil e ensino fundamental. Para estes, a centralidade da formação está na relação ensino e aprendizagem e não em conhecimentos específicos das deficiências pois, segundo a CEE do Município, tal especificidade cabe aos professores especialistas.

---

<sup>1</sup> Programa educação Inclusiva: direito à diversidade.

Hoje, uma das centralidades da formação dos professores especializados diz respeito à comunicação alternativa.

### **Algumas considerações**

Após esta breve apresentação dos encaminhamentos dados pela rede de ensino, podemos destacar alguns pontos que consideramos férteis como pontos de debate.

Compartilhando das reflexões de Ferreira e Ferreira (2004) compreendemos que uma escola para todos, democrática, inclusiva, deve estar inserida em um projeto mais amplo. O fato de a rede não ter uma proposta pedagógica definida remetendo às unidades escolares a responsabilidade por tais projetos se, por um lado, pode significar uma maior democratização, por outro lado, possibilita a presença de diferentes concepções e práticas de inclusão e de exclusão escolar.

A reorganização da rede de ensino de Florianópolis concernente à proposta de educação inclusiva assenta-se na compreensão de inclusão como prática (eliminação de barreiras). Ao fazer tal opção a referida rede de ensino não relaciona o processo de inclusão aos direitos universais e coloca a educação dos alunos considerados deficientes como uma questão de capacidade individual. Podemos compreender que este encaminhamento aproxima-se do que Skrtic (1996) denomina de “Crítica prática do conhecimento da educação especial”.

Por fim, as categorias que dão sustentação a proposta inclusiva da rede secundarizam as relações de classe, como se estas já estivessem resolvidas na sociedade capitalista. Como alerta Garcia (2004), a política de inclusão, por vezes, relaciona-se a administração das desigualdades sociais.

### **Referências**

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 1977.

DISCHINGER, M. **Desenho universal nas escolas**: acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis. Florianópolis: PRELO, 2004;

FAIRCLOUG, N. **Discurso e mudança social**. Tradução: Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.

FERREIRA, M.C.C. e FERREIRA, J.R. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÓES, M.C.R. e LAPLANE, A.L.F (Orgs.). **Políticas e práticas de Educação Inclusiva**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p. 21-48.

GARCIA, R. M. C. **Políticas públicas de inclusão**: uma análise no campo de educação especial brasileira. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GUATEMALA. **Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência**, 1999.

MACHADO, R. **Programa escola aberta às diferenças**: consolidando o movimento de reorganização didática. Florianópolis: PRELO, 2004.

OZGA, J. **Investigação sobre políticas educacionais**: terreno de contestações. Porto: Porto, 2000.

SHIROMA, E.O. et al. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, v. 23, n. 02, jul. /dez, Florianópolis, 2005, p. 427-446.

SKRTIC, T. M. La crisis en el conocimiento de la educación especial: una perspectiva sobre la perspectiva. In: FRANKLIN, B. M. (Compilador). *Interpretación de la discapacidad*: teoría e historia de la educación especial. Barcelona: Pomares-Corredor, 1996, p. 35 – 72.